O Centenário da Escola Militar do Ceará

Luiz Barros

Um fato importante na história do Ceará é, sem dúvida alguma, a criação da Escola Militar do Ceará processada pelo Decreto nº 10.177, de 01-02-1889 e instalada em 1º de maio de 1889.

Tal iniciativa se deve ao Conselheiro Tomás José Coelho de Almeida, Ministro da Guerra, e o seu 1º Diretor foi o Tenente-Coronel João Nepomuceno de Medeiros Mallet, filho do General Emílio Luiz Mallet, herói da batalha de Tuiuti, e que teve, também, atuação destacada na Guerra do Paraguai.

Esse acontecimento é objeto de longo e erudito estudo do Tenente Coronel de Infantaria da Reserva de 1ª Classe Antônio Gonçalves Meira.(*)

Criada a Escola Militar do Ceará, já nos últimos dias de vigência do regime monárquico, teve destacada atuação nos turbulentos acontecimentos dos primeiros dias de implantação do sistema republicano.

É assim que lhe coube papel decisivo na deposição do General José Clarindo de Queiroz do governo do Ceará, que aderiu ao golpe de estado de 3 de novembro de 1891, do Marechal Deodoro da Fonseca, que dissolveu o Congresso Nacional, dando lugar ao contragolpe de 23-11-1891, que o afastou do governo, elevando à presidência da República o Marechal Floriano Peixoto.

Período singularmente agitado, de confusão política e administrativa, como poucas vezes se terá visto em nossa acidentada história.

O Cel. Antônio Gonçalves Meira alude à atuação das classes armadas nos acontecimentos políticos da época, mas, no caso da Escola Militar do Ceará, não esquece outro fato muito interessante. É a sua intensa atuação na vida social e intelectual do Estado, sobre o que fornece dados muito importantes. Publicações de jornais e revistas como Primeiro de Maio, Silva Jardim, Evolução, a Pequena Revista, Atleta, com a colaboração de Ulisses Sarmento, Anibal Teófilo, Alípio Bandeira, Marcolino Fagundes, João e Francisco Barreto (filhos de To-

bias Barreto), Graco Cardoso, Álvaro Bomilcar, Antônio Ivo, Carvalho Lima, Alfredo Severo, Viana de Carvalho, Luiz Agassiz, Bruno Sabóia, Otacílio de Oliveira, Manuel Poggi, Couto Filho, Flávio Beleza, Leite de Barredo, Cortes Guimarães, Eutíquio Galvão e José da Panha, uns poetas, outros prosadores.

A Escola Militar do Ceará teve efêmera duração, de pouco mais de 8 anos, sendo extinta pela Lei nº 390, de 16-12-1897.

Acrescente-se que o Tenente-Coronel João Nepomuceno de Medeiros Mallet, seu 1º Diretor, foi demitido devido a um incidente com o Visconde de Maracaju, último Ministro da Guerra do Brasil monárquico (General Rufino Enéas de Gustavo Galvão). Assinou o manifesto dos 13 generais contra o Marechal Floriano, sendo preso e deportado para o Amazonas. Depois foi Ministro da Guerra, na presidência Campos Sales, ocasião em que, segundo o abalizado parecer de Pandiá Calogeras, fez boa administração, visando reorganizar o Exército.

O trabalho do Coronel Meira(*) é erudito e muito bem documentado. Mostra que o autor fez boas pesquisas e procurou esclarecer muitos fatos e faz transcrição de diversos documentos. São estas as virtudes ponderáveis de um historiador, que sempre deve analisar fatos e pessoas sob diversos ângulos. E nunca se afastar da verdade, meta que todo estudioso de assuntos históricos sempre deve ter em vista.

Qualquer assunto que se tente abordar deve sempre ser precedido de pesquisas, análises e confrontações.

Foi isso o que o Coronel Meira fez com muita felicidade.

Reputo o seu trabalho como uma valiosa contribuição para a história dos últimos dias do regime monárquico, no Brasil, e do início do sistema republicano, em nosso País.

(*) O trabalho a que se refere o Presidente da Comissão de História do Instituto do Ceará, Prof. LUIZ TEIXEIRA BARROS, de autoria do Ten. Cel. ANTÔNIO GONÇALVES MEIRA, sócio correspondente deste Instituto e efetivo do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, foi dedicado ao Instituto do Ceará e apresentado ao IGHMB, no Rio de Janeiro-RJ, por ocasião do transcurso do centenário de criação da antiga Escola Militar do Ceará.